



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS - FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES**  
 Rua Sorbone, 375, Centreville - CEP: 13560-760 - São Carlos - SP  
 Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarloslfam@tjsp.jus.br

### SENTENÇA

Processo nº: 1013834-48.2016.8.26.0566  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Nulidade e Anulação de Testamento**  
 Requerente: João Carlos Sanches  
 Requerido: Aacd Associação de Assistência À Criança Deficiente

Juiz de Direito: Paulo César Scanavez

A proposta feita pelo autor quando da audiência de fls. 223 foi aceita pela ré a fl. 252. O imóvel objeto da transcrição nº 109.085 do 6º CRI da Capital, será atribuído à ré, enquanto o remanescente do acervo será atribuído aos dois herdeiros indicados a fl. 263. Algumas condições especiais foram exigidas pela AACD às fls. 273/274, e implementadas pelos dois herdeiros às fls. 289. As observações lançadas pelo MP às fls. 292/293 foram satisfeitas às fls. 298/303.

Relativamente ao conteúdo da transação, as partes certamente avaliaram o risco do conflito (visando ao reconhecimento judicial da nulidade do testamento). O MP às fls. 313/314 fez objetiva análise desses riscos e concluiu que a transação levada a efeito pelas partes satisfaz ao princípio da razoabilidade. Transcrevo as principais partes dessa manifestação e as utilizo para justificar este pronunciamento judicial: ... "ocorre que a defesa intransigente da validade do testamento pode não ter o respaldo necessário tanto por este Juízo quanto no Tribunal de Justiça, sendo certo que há significativos elementos de prova que permitem aferir ao menos a instabilidade mental do falecido à época da referida disposição, indicando que a anulação total do testamento é uma realidade crível. Desta feita, atribuindo ao feito viés meramente utilitarista, observo que a manutenção do acordo permite a manutenção, ainda que em menor grau, da manifestação de vontade, tendo em vista que, se não garante a transferência absoluta do patrimônio, pelo menos permite que um imóvel passe à propriedade da instituição escolhida pelo falecido para ser agraciada com seus bens. É possível que o falecido não estivesse no gozo de suas faculdades mentais. Todavia, também é crível que, por algum descontentamento não declinado, o falecido não pretendesse deixar seu patrimônio para seus colaterais. As duas hipóteses são plausíveis, de modo que, instaurada a dúvida, esta deve ser dirimida, como dito alhures, em favor da versão que mais preserve a vontade testamentária (Nesse sentido, Superior Tribunal de Justiça, AgRg no Ag. 570.748/SC, Rel. Min. Castro Filho). É certo que, compulsando os autos, há indícios da existência do vício deduzido, tendo em vista manifestações médicas


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS - FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES**

Rua Sorbone, 375, Centreville - CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarloslfam@tjsp.jus.br

juntadas. Nesse sentido fls. 90 e 92/95. No que toca a prova testemunhal produzida, apenas a oitiva de Selma Sanches é aproveitável (fls. 226/228) eis que a oitiva da testemunha Karolina se limitou a falar de fatos posteriores à realização do testamento (fls. 224/225). A despeito da suplicada não ter presenciado o ato de deixa testamentária é possível que ela, tomando conhecimento dos elementos contidos nos autos e vislumbrando a plausibilidade do pedido, assim o reconheça. Por fim, tal como salientado em relação às provas dos autos, há indícios de eventual procedência da demanda, acaso fosse julgada. Portanto, o acordo entabulado, em tese, preserva, na medida do possível, a vontade do falecido eis que deixa com a entidade assistencial um dos bens imóveis. Entretanto, resalto ao juízo que tal disposição pelo autor e sua irmã anuente não pode nem deve acarretar prejuízos a terceiros, fato que entendo deve ser perquirido antes de autorizar a doação do bem imóvel".

As partes entenderam por bem realizar esse negócio. O quinhão de cada herdeiro, inclusive o da testamentária, será objeto de deliberação da partilha no inventário. A transação realizada se enquadra no conceito de autocomposição, não merecendo nenhuma limitação.

Feitas essas considerações, HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelas partes às fls. 223, 252, 262/263 e 273/274, o qual contou com a anuência do MP (fls. 313/315) e assim procedo para que produza os seus jurídicos e legais efeitos. Há resolução de mérito, nos termos da letra "b" do inc. III do artigo 487 do CPC. Cópias das peças vinculadas à transação e desta sentença devem ser juntadas pela serventia nos autos de inventário.

Publique-se e Intimem-se. Com a assinatura digital lançada nesta sentença, dar-se-á automaticamente o trânsito em julgado, dispensando o cartório de lançar certidão, valendo este registro para todos os fins de direito. Dê-se baixa dos autos no sistema e ao arquivo, imediatamente.

São Carlos, 13 de setembro de 2017

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**